

Ceilândia faz 16 anos

Com 500 mil habitantes, e ainda ligada a

e quer autonomia

Taguatinga, é a satélite mais carente

Préstes a completar 16 anos, Ceilândia quer sua autonomia administrativa, desvinculando-se de Taguatinga, para melhor atender a população de 500 mil habitantes, 130 mil dos quais em idade escolar. A realização deste sonho depende de alteração, pelo Congresso, da lei que regula a administração do DF, dando poderes ao governo para criar quantas regiões administrativas forem necessárias.

O administrador Hilton Ferreira Mendes, que teve sua remoção pedida ao governador José Aparecido pela Prefeitura Comunitária do Setor P Norte, recebeu ontem moção de apoio de 12 entidades que atuam na cidade. Ceilândia, o segundo maior colégio eleitoral do DF, lamenta não ter conseguido eleger um único representante na Constituinte. Líderes comunitários dizem que a deputada Maria Abadia (PFL), que usou a condição de ex-administradora em sua campanha, "nada tem a ver com a Ceilândia". A cidade, que recebeu recursos de Cz\$ 458 milhões nos dois últimos anos, continua carente com ruas enlameadas, sem iluminação e cobertas de lixo.

No documento dirigido ao presidente José Sarney, o governador José Aparecido fala do vertiginoso crescimento demográfico de Brasília que ultrapassou todas as previsões atingindo agora mais de 1,6 milhão de habitantes, devendo chegar

a 4 milhões no ano 2000, conforme projeções da ONU.

Os problemas políticos, econômicos e sociais desencadeados por essa explosão populacional impõem, segundo o Governador, a revisão da lei que dividiu a cidade em oito regiões administrativas. A realidade de hoje é profundamente diversa daquela que justificou a divisão territorial de 1964, bastando o exemplo da Ceilândia, com cerca de 500 mil habitantes, subordinada à Administração Regional de Taguatinga que tem uma população de cerca de 450 mil pessoas.

O Governador lembra que nos assentamentos urbanos estão em fase de execução ou planejamento para atender ao crescimento demográfico resultante do fluxo irreprimível de migrantes. Assim, a solução é a criação de novas Regiões Administrativas, tendo em vista a descentralização, que garantirá a Brasília novo ritmo nos trabalhos para preparar a cidade do terceiro milênio.

O anteprojeto de lei, encaminhado ao presidnete José Sarney em junho do ano passado, mantém as regiões já existentes em Taguatinga, Planaltina, Sobradinho, Brazlândia, Gama, Jardim, Paranoá e Plano Piloto, dando poderes ao Governador para instituir novas ARs que compreenderão áreas urbanas, rurais e de expansão.

JOAQUIM FIRMINO

